
Reseña Bibliográfica

Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia.

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Andrea Butto, Ludovic Aubin (organizadores).

Brasília: CNPq - São Paulo: Annablume, 2022, 460 páginas.

Este livro organizado por Cavalcanti, Butto e Aubin chega na hora certa, num momento em que a (in)segurança alimentar no Brasil está na ordem do dia, como tem noticiado a imprensa¹.

Com efeito, ao destacar o protagonismo das mulheres camponesas na sua relação com a agroecologia e com a segurança alimentar, esta obra, baseada em pesquisas empíricas, traz elementos importantes para uma reflexão teórica e, sobremaneira, para uma ação política, num contexto fortemente marcado pela falência dos modelos tradicionais de produção, especialmente em torno do combate à fome.

O livro de 460 páginas reúne 34 autores, distribuídos em 17 capítulos, conta com uma introdução de autoria de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Mônica Bendini, no qual destacam, como o norte da reflexão, a circulação de mercadorias sob o comando das corporações globais e suas implicações sobre as perversas formas de exploração da terra e do trabalho e as desigualdades que marcam os diversos territórios estudados. As autoras sublinham que os resultados apresentados ao longo do texto dão conta do protagonismo das mulheres na sua relação com a agroecologia, com a segurança alimentar e com democratização do uso dos bens comuns, estimulando a inserção feminina em espaços públicos de participação, como expressão das diversas formas de resistência das mulheres.

No prefácio, Hélène Ghétat- Bernard destaca, como mérito do livro, a visibilidade dada ao trabalho das mulheres para além de sua participação na produção agrícola, o redimensionamento do lugar político da cozinha -enquanto espaço de resistência, de criatividade e de conhecimento- e a agroecologia feminina enquanto expressão de autonomia e de luta contra o modelo hegemônico.

O posfácio de Lúcia Marisy Ribeiro de Oliveira identifica, na denúncia das formas de expropriação da terra pelo agrobusiness, ameaçando historicamente os

¹ “A fome ronda 1 a cada 3 lares com crianças de até dez anos”. MENA, Fernanda, Folha de São Paulo, 14-set-2022. A matéria se pauta num levantamento realizado pela Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e executado pelo Instituto Vox Populi.

povos tradicionais, na força dos movimentos sociais no campo na defesa da reforma agrária e dos agricultores familiares e na agroecologia como expressão da preservação da biodiversidade, da diversidade produtiva e da autonomia alimentar, os grandes pilares da obra.

Fruto de uma parceria acadêmica de longa data entre renomados pesquisadores de vários países, especialmente do Brasil e da Argentina, mas também da França, incorporando, mais recentemente, pesquisadores do Chile e da Colômbia, a obra em apreço apresenta, de forma instigante e profunda, as particularidades dos sistemas alimentares e dos processos sociais agrários nos diversos espaços latinoamericanos, num tempo movido pela globalização e pela ampliação do controle das corporações transnacionais sobre as cadeias agroalimentares.

Os trabalhos de campo que dão tessitura à obra envolveram docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, agricultoras, lideranças dos movimentos sociais de mulheres rurais, pesquisadores e técnicos de órgãos públicos, gestores de cooperativas e os achados das pesquisas foram largamente discutidos em seminários nacionais e internacionais, consubstanciando, ainda mais, as análises ali presentes. Com efeito, está no foco das experiências concretas vivenciadas nos diversos territórios a sua força analítica maior.

Os temas aqui tratados guardem uma coerência interna, um desenrolar da trama que não nos permite perder o fio da meada. Muito ao contrário. Os vários olhares e a experiência trazida por cada autora, por cada autor, nos permitem aprofundar a compreensão em torno da crescente racionalidade ou da “irracionalidade”, na sábia concepção de Milton Santos², imposta à expansão dos negócios agrícolas de exportação.

Uma racionalidade instrumental implementada pela agricultura produtivista no âmbito da modernidade, que se demonstrou incapaz de alimentar o mundo e de torná-lo econômica e socialmente sustentável, como atestam Aubin e Cavalcanti. Para esses autores, a agroecologia, enquanto síntese de saberes antigos e contemporâneos, sinaliza para a possibilidade de superação de uma saturação global, minimizando os impactos que se associam ao Antropoceno.

Também para Sánchez, a agroecologia se apresenta como um antídoto às pressões sofridas pelos ecossistemas decorrentes do agronegócio, mediadas por corporações transnacionais, especialmente no que diz respeito à concentração da terra, à pouca oferta de alimentos básicos, ao empobrecimento do meio rural e à deterioração do ambiente.

Em torno da relação entre mulheres e agroecologia, três aspectos particularmente interessantes são destacados por Butto et al., ao analisarem experiências do Agreste Meridional e do Sertão de Pernambuco. Em primeiro lugar a tendência de invisibilidade do trabalho das mulheres, que figuram como “coadjuvantes nas atividades agrícolas”. Em segundo lugar, a conciliação entre atividades produtivas e reprodutivas no âmbito do trabalho com a horta, evidenciando uma sobrecarga

² Ver Milton Santos. A natureza do espaço. São Paulo, Edusp, 2014.

de trabalho das mulheres. E, finalmente, a agroecologia como um caminho capaz de permitir visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres agricultoras, por incorporar um projeto mais amplo de conservação da natureza e da agrobiodiversidade.

A commoditização dos bens comuns -dos solos, das águas, do ar, das florestas, das sementes e até mesmo das comunidades- por meio da privatização e do concomitante fechamento dos campos e expulsão das populações está na base das reflexões trazidas por Aubin et al. Para esses autores, a pobreza rural é apresentada como síntese da riqueza excessiva em poucas mãos e da miséria que se alastra. A resistência encontra eco nos movimentos sociais, no enfrentamento e na denúncia dos cartéis e oligopólios que privatizam os bens comuns e na agroecologia, que anuncia a possibilidade de gestão compartilhada desses mesmos bens.

O caráter excludente do agronegócio frutícola do Vale do São Francisco foi também analisado por Silva & Silva, ao discutirem o processo seletivo que acompanhou o acesso aos perímetros públicos de irrigação sob a gestão da Codevasf. Um processo que beneficiou as áreas empresariais, mas que não conseguiu eliminar a presença e a resistência da agricultura familiar, permitindo a coexistência e até uma certa complementariedade, como admitem, entre práticas modernas e práticas tradicionais na fruticultura de exportação.

Como discutido na literatura especializada, as dificuldades em atender aos padrões dietéticos, fitossanitários e estéticos aumentam a competitividade entre as empresas, ao tempo em que exclui um grande contingente de famílias camponesas. Essa questão é trazida por Medeiro, ao analisar a atividade dos produtores de queijo na bacia leiteira de Pernambuco, nordeste do Brasil. As formas de resistência dos produtores são identificadas como uma tentativa de valorização dos seus produtos artesanais e de autonomia diante da subordinação imposta pelos sistemas agroalimentares.

Como demonstram alguns capítulos deste livro, o agronegócio da fruticultura vem sendo fortemente calcada na biotecnologia, na privatização de organismos vivos, por meio das sementes geneticamente modificadas, via pagamento de royalties, entre tantos outros processos de produção e de comercialização extremamente sofisticados e caros. Tudo isso com o propósito de atender ao gosto de uma clientela exigente, de alto poder aquisitivo, em nada comprometida com as injustiças sociais econômicas que se ampliam nos diversos territórios da América Latina.

Nesse sentido, as análises em torno da fruticultura de exportação das regiões do Vale do São Francisco, da Patagônia argentina e do Valle de Elqui/Limarí, no Chile constituem, sem dúvida, um instigante campo de informação e de análise das particularidades desse e de tantos outros processos trazidos ao debate pelas análises contidas nesse livro. No caso chileno, Becker discute a reconversão varietal de uvas para exportação no âmbito de um processo de comoditização do conhecimento e da privatização de plantas. Grandes inversões financeiras como garantia da intensificação da produção por hectare e do pagamento de royalty, exclusão de produtores pouco capitalizados e superexploração de trabalhadores migrantes

estariam no centro desse processo.

A adoção de novas variedades de uvas desenvolvidas por empresas genéticas estrangeiras é também destacada por Pires, ao analisar a inserção competitiva do cooperativismo frutícola do Vale do São Francisco nos mercados globais de frutas. A ampliação dos negócios da região, também favorecida pelo aumento da demanda por produtos frescos no mundo inteiro durante a pandemia da Covid-19, contrastou com os sacrifícios impostos aos trabalhadores, expostos aos riscos da infecção, trazendo a cena a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores, tidos como “essenciais”. Não havia lugar para home office entre eles. A pandemia revelou, sem disfarce, as profundas injustiças que cercam o sistema agroalimentar e que vitimam, de forma desigual, os diversos atores envolvidos nesse processo. A Covid-19 também foi situada como um fenômeno que agravou sensivelmente a já precária segurança alimentar e nutricional das populações mais vulneráveis, como discutido por Souza, Cesse e Fontbonne.

Capitalismo e patriarcado são eleitos como categorias analíticas por Franquelli para situar o conflito presente na relação entre sujeitos, territórios e comunidades, que acompanha a expansão das atividades presentes em Añelo, na Patagônia argentina -desde a produção frutícola até a extração de hidrocarbonetos- vitimando as famílias indígenas-camponesas. A autora sublinha que as mulheres desempenham uma pluralidade de atividades, que se reveste de grande valor pela preservação da vida e da terra, com particular destaque para o cuidado com o outro, dentro, de uma ótica do “bem viver” presente na filosofia do Povo Mapuche.

Protagonismo feminino e diversidade produtiva estão na base da discussão de Leite et al. ao analisarem a relação entre a agricultura urbana e periurbana (AUP), a partir dos circuitos curtos de comercialização (CCC) de duas experiências de hortas comunitárias no município de Petrolina-PE. Os autores constataam a forte presença feminina na condução das hortas comunitárias, na transmissão de conhecimentos tradicionais, na inovação relacionada ao plantio e consumo e na grande diversificação da produção.

A transmissão de saberes tradicionais também foi um dado observado por Spinelli na região do Parque Nacional do Catimbau, no município de Buíque, estado de Pernambuco. A autora identifica, no conhecimento nativo da população com as diversas formas de utilização da flora, um dado importante na preservação do território, “um efetivo patrimônio imaterial que se socializa oralmente”.

Os vários capítulos do livro discutem não apenas a relação entre gênero e agroecologia, ao introduzirem a alimentação, o cuidado e a soberania alimentar no centro do debate. E vão mais além, ao destacarem a dimensão política das hortas, dos quintais, do espaço da cozinha e do ato de cozinhar dentro de uma ética feminina do cuidado. Como observam Souza, Cesse e Fontbonne nesse sentido, a comida e o comer, passam a ser concebidos como importantes categorias analíticas na compreensão de questões relacionadas ao poder, dominação, desigualdade e fragilização dos laços sociais, que permeiam as condições de vida de uma dada população.

Não sem razão, portanto, neste livro, a relação agricultura e alimentação passa por outros crivos, ao destacar a dimensão política das hortas, dos quintais, do espaço da cozinha e do ato de cozinhar. São questões que dão visibilidade à criatividade, à resistência e ao papel central desempenhado pelas mulheres camponesas na segurança alimentar e na democratização do uso dos recursos hídricos dos territórios rurais. Sánches, por exemplo, a partir de experiências agroecológicas conduzidas por mulheres na Colômbia, salienta a importância feminina para a segurança alimentar, inclusão social e sustentabilidade ecológica dentro de uma ética feminina do cuidado. Situação semelhante é trazida por Andrade ao analisar, na região da Patagônia argentina, o trabalho das mulheres agricultoras, no âmbito dos sistemas de alimentação locais (SAL). Para essa autora, essas mulheres, com base nos princípios da agroecologia, desempenham um papel essencial na dinamização das hortas familiares, das feiras e dos coletivos sociais, contribuindo para o aumento da soberania alimentar e para o fortalecimento dos laços sociais. Ainda nessa na região da Patagônia, Bendini e Preda, apoiando-se na trajetória de uma camponesa residente em Neuquén, destacam a importância das práticas sociais das mulheres, sejam no âmbito da reprodução familiar ou da atividade produtiva ou ainda da vida política-organizacional, para o desenvolvimento do meio rural dentro de uma dimensão sustentável e agroecológica.

As lutas políticas para garantir uma maior inserção representativa das mulheres agricultoras no agreste meridional e no Sertão do Vale do São Francisco, Estado de Pernambuco, também se sobressaem nas análises de Silva et.al. A agroecologia é identificada pelos autores como a matriz articuladora das lutas. Outras experiências que evocam o protagonismo das mulheres no âmbito da produção de alimentos, da segurança alimentar e da participação em feiras agroecológicas são trazidas por Andrade, Andrade e Moser. Tomando como referência o agreste pernambucano, os autores sublinham a importância da troca de alimentos, de sementes e de mudas entre os participantes da feira agroecológica, favorecendo o empoderamento das mulheres e a ampliação de sua participação política.

Andrade analisa as especificidades dos processos migratórios em comunidades do município de Surubim, no Agreste setentrional de Pernambuco, com a chegada de micro e pequenas empresas dedicadas à confecção. A agricultura de base familiar passa a coexistir com essas novas atividades, dentro de uma rede de relações de reciprocidade. A emigração é situada como uma forma de manter a unidade produtiva, e a produção agrícola, por sua vez, passa a ser um elemento importante para a reprodução social e para a produção de confecção, dentro de um contínuo rural-urbano.

Finalmente, as diversas análises aqui presentes mostram que a proposta desse livro está longe de se reduzir a simples denúncia dos impactos negativos da globalização sobre a produção e circulação de mercadorias, bem como do caráter predatório do agronegócio sobre o trabalho e sobre os territórios, o que, por si só, diga-se de passagem, já representaria um grande mérito. Mas, como fora evidenciado, os diversos pesquisadores não se furtam de anunciar, através dos seus rela-

tos, que outras lógicas produtivas e de reprodução social mais includentes e mais participativas existem. E que não apenas existem, mas resistem e, por resistirem se revestem de poder para representar um antídoto ou um contra-modelo ao predatório modelo hegemônico.

Maria Luiza Lins y Silva Pires

Reseña bibliográfica: Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia

Fecha de recepción: 16/06/2022

Fecha de aceptación: 27/09/2022